

# Nota Técnica

Considerações do Ipea acerca do Relatório do  
Desenvolvimento Humano (RDH) de 2011, do PNUD

**Nº 4**

PRESIDÊNCIA

Brasília, 10 de novembro de 2011.

## 1. Introdução

O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 2011, recém-divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem como tema a *Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos*. Apesar da temática proposta, a controvérsia suscitada pelo RDH está na divulgação do anexo estatístico, que, apesar das diversas recomendações de especialistas, entre eles do presidente do Ipea, repete os mesmos problemas já salientados sobre os relatórios anteriores. Destacam-se: *i)* ausência de informações sobre as fontes de dados utilizadas para informar a composição dos indicadores; *ii)* pouca transparência metodológica, impossibilitando a reprodução dos resultados obtidos; *iii)* falta de clareza das referências temporais das estatísticas; e *iv)* escolhas aleatórias e discricionárias de novos indicadores. Tais aspectos são discutidos a seguir.

## 2. Problemas recorrentes do RDH

### ***i) Ausência de informações sobre as fontes de dados***

Para informar a composição dos indicadores no relatório, tem-se utilizado fontes diferentes daquelas mantidas oficialmente pelos países examinados, e mesmo pelas Nações Unidas (ONU).

Não é difícil supor algumas razões para que as agências da ONU não utilizem os dados ou indicadores que foram oficialmente produzidos e calculados pelos próprios países ao preparar documentos como o RDH. Em primeiro lugar, as bases de dados dos vários países não seriam compatíveis entre si. Em segundo, os países não produziriam dados que cumprissem os requisitos para a composição destes indicadores. Em terceiro lugar, os países não teriam a *expertise* necessária para calcular os indicadores. Por último, poder-se-ia suspeitar que os países viessem a manipular dados com o objetivo de mascarar uma *performance* baixa nos indicadores.

Reconhece-se que a comparação de realidades nacionais é um problema característico de iniciativas como o RDH. No entanto, esse esforço deve respeitar as informações produzidas localmente ou, ao menos, buscar

validar os dados a serem utilizados. Cabe lembrar que muitos países calculam e publicam a maior parte dos indicadores integrantes de relatórios internacionais. Por que não utilizar tais dados?

Além disso, é ainda importante salientar que, no caso brasileiro, o país é partícipe de várias iniciativas de padronização de indicadores internacionais e dispõe de – ou é capaz de produzir, por demanda – dados e indicadores com confiabilidade e comparabilidade de níveis igualmente internacionais.

### ***ii) Pouca transparência metodológica***

Esse é um grave problema do relatório, que não oferece o conjunto completo de informações metodológicas necessárias para reproduzir os resultados obtidos. Ou seja, mesmo no anexo estatístico e nas notas técnicas do RDH, as informações apresentadas são limitadas sobre o tratamento das bases de dados originais e sobre o cálculo dos indicadores. Seria recomendável disponibilizar, tão logo o relatório fosse lançado, as rotinas estatísticas utilizadas para tratar os dados e calcular os indicadores. A liberação dessas rotinas não apenas forneceria uma grande contribuição para os debates acerca da mensuração e monitoramento do desenvolvimento em cada país e entre países, mas também avançaria na transparência e credibilidade das estatísticas sociais.

Por exemplo, se acaso um pesquisador brasileiro quisesse aplicar a metodologia do IDH para determinar seus resultados para diversos anos, este não conseguiria reproduzir com facilidade os dados para o Brasil, publicados no anexo do relatório. Essa dificuldade tomaria maior dimensão se o pesquisador tentasse conhecer em maiores detalhes a construção de cada índice utilizado – é o caso da forma de se calcularem os *Anos de Escolaridade Esperada*.

### ***iii) Falta de clareza nas referências temporais***

As referências temporais das pesquisas oficiais dos países são elementos importantes para análise. Ademais, é fundamental distinguir o que é dado real e o que são estimativas estatísticas para cada valor da variável, no

tempo. Essa precaução é fundamental para se evitar que dados de determinado ano sejam informados ou tomados como referentes a outro ano, e que dados estimados sejam confundidos com dados reais. Esse tipo de deformação na apresentação de resultados pode obscurecer a evolução dos indicadores, assim como amplificar ou esconder o tamanho do problema.

Isso também é importante para que a comparação de países se dê com base em dados e informações comparáveis. Por exemplo, é sabido que para o Brasil não existem dados disponíveis para os anos (2010 e 2011) oferecidos no recente relatório, o que se pode dizer a respeito de outros países que não dispõem de sistemas estatísticos estruturados. Isso pode levar a comparações espúrias entre países e a confusões a respeito da própria evolução dos dados e indicadores de cada um.

#### ***iv) Escolhas aleatórias e discricionárias de novos indicadores***

O relatório apresenta e utiliza novos indicadores, mesmo em algumas das suas áreas mais tradicionais. Dada a importância das publicações do sistema ONU para os países, contratar consultores e elaborar um novo indicador, colocá-lo em um relatório, e fazer avaliações e comparações de países sem que se saiba bem o que está sendo comparado e avaliado – e quais são os modelos e referências embutidos nos indicadores – é preocupante e pode trazer consequências políticas e sociais para os países.

O que cabe salientar aqui é que esses indicadores poderiam ter sido mais bem discutidos com autoridades e especialistas dos países envolvidos, de forma a não enviar uma mensagem pouco clara e controversa para a comunidade internacional e para os formuladores de políticas públicas.

### **3. Considerações finais**

Essas críticas, que já se tornaram recorrentes, foram reiteradas pelo presidente do Ipea no âmbito do comitê de especialistas montado para o relatório. Contudo, o escritório do RDH, na prática, não incorporou as críticas e recomendações, fazendo com que o comitê deixe a desejar como instância de debate e venha a se configurar apenas como estrutura de legitimação do

relatório. Além disso, o PNUD fez promessas de transparência que não foram cumpridas. Foi o caso do IDH-D da América Latina: a promessa foi de que seriam disponibilizados os necessários programas para que se pudesse alcançar os resultados na página, mas até hoje isso não foi realizado.

Ademais, cabe ressaltar que essa forma de divulgação de estatísticas, muitas delas pouco transparentes, joga contra os objetivos do RDH, pois apenas os indicadores recebem destaque e são debatidos pela opinião pública, e nunca o tema específico que o relatório aborda. Discute-se o *ranking* em vez de serem discutidos os temas da proposta que, no caso do atual relatório, era a *Sustentabilidade e a equidade*.

Por fim, lembra-se que o PNUD tem uma estratégia superior, em termos de monitoramento do desenvolvimento humano, consolidada no conjunto de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e que tentar reduzir todas as dimensões desse desenvolvimento a um único número subestima a complexidade da realidade. Em grande medida, essa estratégia se presta somente para o questionável "ranqueamento" dos países e pouco enseja discussões específicas sobre as políticas efetivas de promoção do desenvolvimento nacional.